



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior)
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos** – 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.” (linha 4)
 - (B) “Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...” (linha 6)
 - (C) “Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.” (linha 8)
 - (D) “E os olhos não são peixes ...” (linha 18)
 - (E) “Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”. (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.” (linha 5)
 - (B) “O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.” (linhas 11 e 12)
 - (C) “...ela teria se afogado.” (linha 17)
 - (D) “E não se pode perguntar a um poema ...” (linhas 31 e 32)
 - (E) “Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “Acontece que nós seres humanos sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “A ciência também é um jogo de palavras.” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
 - (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Marque a alternativa que expressa o elemento essencial para elaboração de projetos em bibliotecas em razão de suas finalidades.
- (A) Realizar a análise situacional da organização em relação aos objetivos finais.
 - (B) Determinar variantes autônomas que venham delimitar o cenário que se pretende alcançar.
 - (C) Prever ações que visem alcançar a diversidade de objetivos.
 - (D) Atender às reais necessidades de um sistema ideal independente do investimento institucional.
 - (E) Identificar soluções é o principal fundamento para os eventuais problemas insuperáveis que se apresentam.
- 22 Marque a alternativa que corresponde a um dos recursos estratégicos utilizados para conferir mais qualidade à gestão em bibliotecas universitárias.
- (A) Resistir às mudanças ante as inovações de todas as ordens que prejudiquem o andamento dos trabalhos.
 - (B) Conhecer a evolução histórica da organização, suas finalidades, desempenho, conquistas e realizações.
 - (C) Atender à densidade das necessidades de informação de sua comunidade em razão da inexistência de bibliotecas da região.
 - (D) Instituir políticas para atender à comunidade em geral.
 - (E) Prover numeroso quadro de técnicos bibliotecários.



- 23 Avaliar uma biblioteca é medir o seu valor por meio do método científico para determinar a qualidade de seu desempenho. Marque a alternativa que caracteriza essa avaliação pelo MEC.
- (A) A biblioteca não precisa se orientar pelos projetos pedagógicos ou planos de ensino dos cursos de graduação.
(B) Os recursos financeiros são considerados suficientes para a aquisição de material informacional.
(C) O processo de avaliação é importante para a biblioteca universitária, pois ele contribui na pontuação do curso.
(D) Os acervos não correspondem ao tripé ensino, pesquisa e extensão, dada a insuficiência de orçamentos.
(E) A análise detectada após as visitas não fornece subsídios suficientes para se propor ações articuladas entre a biblioteca e a administração da Universidade.
- 24 Quanto à contribuição que o estudo de usuário proporciona para o desenvolvimento do sistema de bibliotecas, é correto afirmar.
- (A) Permite que se realize um tipo básico de estudo de usuário quanto ao uso e necessidade.
(B) Ocupa papel inexpressivo no planejamento em bibliotecas.
(C) Necessidade de informação se torna um fator secundário no estudo de usuário por ser elemento comum da administração de bibliotecas.
(D) Provê o feedback necessário dado ao sistema quanto ao uso da informação e satisfação das necessidades dos usuários.
(E) Os indicadores de planejamento não incluem estudo de usuário pelo fato de não constituir item essencial.
- 25 Marque a alternativa que indica um fator preponderante para o planejamento e gerenciamento de bibliotecas no tocante ao desenvolvimento de coleções.
- (A) A avaliação do acervo fornece apenas dados quantitativos para subsidiar o planejamento.
(B) Os indicadores fornecidos pela avaliação do acervo são insuficientes para o processo decisório.
(C) Identificar problemas determina o processo decisório.
(D) Apenas os métodos qualitativos de levantamento de informações são considerados nesse processo.
(E) A tomada de decisão é um processo complexo por exigir análise mais acurada dos elementos identificados.
- 26 Em relação a direitos autorais e à difusão da informação, relacione a coluna da direita com a da esquerda.
- | | |
|---------------------|---|
| 1) ISSN | () Distribuição gratuita protegida |
| 2) ISBN | () Direito de cópia protegida |
| 3) Creative Commons | () Compartilhar, copiar, modificar |
| 4) Copyleft | () Registro de identificação de periódicos |
| 5) Copyright | () Registro de identificação de livros |
- A sequência correta é
- (A) 3, 5, 4, 1, 2.
(B) 5, 1, 2, 3, 4.
(C) 1, 4, 5, 2, 3.
(D) 4, 3, 5, 1, 2.
(E) 4, 3, 2, 1, 5.
- 27 Enumere a coluna da direita em correspondência com a da esquerda, referentes aos deveres, direitos, sanções e penalidades do bibliotecário, segundo seu código de ética.
- | | |
|---|----------------|
| 1) Respeito às atividades de colegas | () Proibição |
| 2) Evitar desabonar colegas que vier a substituir | () Penalidade |
| 3) Comentário difamatório sobre a profissão | () Norma |
| 4) Advertência confidencial, em aviso reservado | () Conduta |
| 5) Zelar pelo prestígio da Classe | () Direito |
- A sequência correta é
- (A) 3, 5, 2, 1, 4.
(B) 5, 1, 2, 3, 4.
(C) 3, 4, 5, 2, 1.
(D) 4, 3, 5, 1, 2.
(E) 4, 3, 2, 1, 5.



- 28 Marque a alternativa que caracteriza a Evolução da Biblioteconomia e Ciência da Informação.
- (A) A biblioteconomia se refere à organização, gestão e administração de bibliotecas.
 - (B) Ciência da informação surge para contribuir com as pesquisas na área da recuperação.
 - (C) Documentação surge como meio-termo nessa evolução.
 - (D) A inovação tecnológica, o uso dos recursos tecnológicos, prejudicaram a evolução para a ciência da informação.
 - (E) Os novos paradigmas da comunicação e tecnologia nortearam os processos de recuperação da informação ou do documento.
- 29 Enumere a coluna da direita em relação à da esquerda, verificando a aplicabilidade da tecnologia RSS e da DSI nos serviços de referência das bibliotecas.
- | | |
|--|--|
| 1) DSI | () Serviço de alerta |
| 2) RSS | () Endereço que localiza os sítios na web |
| 3) URL | () Serviço de notificação corrente |
| 4) Mensagem textual via Internet | () Disseminação seletiva da informação |
| 5) Determinado serviço prestado da web | () Agregação e distribuição de conteúdos da web |
- A sequência correta é
- (A) 3, 5, 4, 1, 2.
 - (B) 5, 1, 2, 3, 4.
 - (C) 1, 4, 5, 2, 3.
 - (D) 4, 5, 2, 1, 3.
 - (E) 4, 3, 5, 1, 2.
- 30 As principais obras de referência disponibilizadas pelos serviços de recuperação da informação das bibliotecas digitais são
- (A) bases de dados, repositórios digitais, motores de busca, metabuscadores.
 - (B) dicionários, enciclopédias impressas.
 - (C) bibliografias, acervo impresso e digital.
 - (D) correios eletrônicos (e-mail), formulário na *web*.
 - (E) *Chat*, videoconferência.
- 31 Quanto aos softwares de gerenciamento de bibliotecas, é correto afirmar:
- (A) Gnuteca: sistema de código livre, desenvolvido no Brasil, para gerenciamento de serviços de bibliotecas de pequeno, médio e grande porte.
 - (B) VTLS Virtua: sistema de código de fonte aberto, desenvolvido no Brasil, para gerenciamento do serviço de aquisição de obras em bibliotecas digitais.
 - (C) OpenBiblio: sistema de código livre, genuinamente brasileiro, desenvolvido para gerenciamento de serviços de bibliotecas.
 - (D) PERGAMUM: sistema de código de fonte aberto, genuinamente brasileiro, criado para gerenciamento de serviço de biblioteca.
 - (E) Aleph: sistema proprietário, desenvolvido para gerenciamento da catalogação cooperativa entre as bibliotecas universitárias.
- 32 Dentre as várias iniciativas para instituir o acesso aberto à informação científica, destacam-se, como marco do Movimento de Acesso Aberto, três importantes documentos, que são:
- (A) Declaração Mundial de Acesso Aberto, Acesso Aberto à Comunicação Científica, Declaração de Berlim.
 - (B) Budapest Open Access Initiative, Declaração de Bethesda, Declaração de Berlim.
 - (C) Declaração de Bethesda, Convenção de Santa Fé, Declaração do Brasil.
 - (D) Declaração Internacional de Acesso Aberto, Acesso Aberto à Comunicação Científica, Declaração Latino-Americana para o Acesso Aberto.
 - (E) Budapest Open Access Initiative, Declaração Internacional de Acesso Aberto, Declaração Latino-Americana para o Acesso Aberto.



33 Quanto às Redes Sociais, considere as afirmativas seguintes:

- I A barreira da territorialidade é um dos problemas enfrentados pela comunidade científica na utilização do trabalho cooperativo em redes.
- II As TI's (Tecnologias da Informação) possibilitam a criação de novas formas de distribuição do conhecimento, como as redes sociais.
- III A grande demanda da sociedade da aprendizagem é a viabilidade do conhecimento compartilhado em redes e a criação de novas formas de sistematização da informação.
- IV As redes sociais acadêmicas estabelecem interconexões que permitem a discussão e geração de um novo conhecimento.
- V As redes sociais acadêmicas são criadas para atender a um público específico que demanda informações de cunho geral.

Estão corretas

- (A) I e IV, somente.
- (B) I e V, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) II, IV e V, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

34 Interoperabilidade a partir do protocolo OAI-PMH, iniciativa de acesso aberto, preservação da produção acadêmica e coleções de texto completo são características dos(das)

- (A) repositórios digitais.
- (B) bibliotecas virtuais.
- (C) bases de dados eletrônicas.
- (D) repositórios institucionais.
- (E) bibliotecas universitárias.

35 Quanto à web semântica, relacione a primeira coluna com a segunda.

- | | |
|-----------|---|
| 1) XML | () Tecnologia para a descrição da informação |
| 2) OWL | () Vocabulário ontológico |
| 3) RDF | () Construção do vocabulário ontológico |
| 4) SPARQL | () Linguagem padrão utilizada na web semântica |
| 5) BIBO | () Protocolo para recuperação da informação |

A sequência correta é

- (A) 3, 5, 4, 1, 2.
- (B) 5, 1, 2, 3, 4.
- (C) 3, 5, 2, 1, 4.
- (D) 4, 3, 5, 1, 2.
- (E) 2, 4, 5, 3, 1.

36 Segundo a Norma 6028, o resumo que, por suas características especiais, não está sujeito a limite de palavras é o

- (A) informativo.
- (B) crítico.
- (C) indicativo.
- (D) estruturado.
- (E) indicativo-informativo.



- 37 Sobre referências, de acordo com as normas da American Psychological Association (APA), analise as afirmativas abaixo.
- I O nome do autor deve ser referenciado como aparece no documento, sem inverter a forma.
 - II Os meses devem ser indicados de forma extensa, no idioma original da publicação.
 - III Os títulos das monografias e das publicações em série devem ser em itálico.
 - IV No documento com autor desconhecido, a entrada da referência deve ser dada pela data da publicação, seguida do título.
- Está(ão) correta(s)
- (A) I e IV, somente.
 - (B) IV somente.
 - (C) I e II, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I e III, somente.
- 38 Segundo as normas de Vancouver, é correto afirmar:
- (A) Para artigos científicos, com mais de seis autores, é obrigatório o uso de “et al” ou “e outros”.
 - (B) Toda informação complementar à referência como suporte do documento ou tradução de alguma expressão deve ser adicionada entre aspas.
 - (C) A edição de um documento deve ser identificada na capa ou na ficha catalográfica do documento.
 - (D) Patentes devem ter sua entrada pelo título da invenção e data do registro.
 - (E) Relatório técnico-científico editado por fundação ou agência patrocinadora deve ser referenciado com a entrada pela fundação ou agência patrocinadora.
- 39 Sobre Número Padrão Internacional do livro (ISBN), segundo as normas ISO 2108, analise as afirmativas seguintes
- I Um ISBN separado deve ser atribuído, mesmo se a única mudança na publicação for o preço.
 - II Publicações em braille não podem ter registro de ISBN.
 - III Publicação disponibilizada ao público e como parte de uma série deve ser considerada como duas publicações separadas e cada uma deve receber um ISBN diferente.
 - IV As agências de registro devem corrigir metadados de ISBN inexatos, se uma prova da inexatidão for fornecida.
 - V Faz parte dos serviços das agências promover, ensinar e treinar pessoas no uso do sistema ISBN.
- Estão corretas
- (A) I e IV, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) II e V, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) III, IV e V, somente.
- 40 Sobre livros e folhetos, segundo a NBR 6029 da ABNT, é correto afirmar:
- (A) As folhas de guarda são elementos obrigatórios nos livros ou folhetos encadernados com materiais rígidos e elemento opcional para os folhetos encadernados com materiais flexíveis.
 - (B) Para facilitar a leitura, equações e fórmulas, devem ser destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos romanos, entre colchetes, alinhados à esquerda.
 - (C) O encarte, folha ou caderno, contendo ou não ilustrações, intercalado no miolo, deve ser incluído na numeração.
 - (D) Folheto é uma publicação que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional normalizado para publicações seriadas (ISSN).
 - (E) Indicador, projeção de cavidade na lateral esquerda das folhas do livro ou folheto, deve ser usado para destacar ilustração, tabela, quadro, etc.



- 41 Marque a alternativa que corresponde aos itens da acessibilidade informacional que caracteriza uma biblioteca inclusiva.
- (A) Serviços específicos para atendimento de alunos com deficiência.
 - (B) Barreiras físicas, mobilidade, sinalização.
 - (C) Tecnologia assistiva e acervo em formatos acessíveis.
 - (D) Capacitação e atendimento referencial.
 - (E) Políticas, normas e regulamentos.
- 42 As decisões tomadas para o processo de formação do acervo são norteadas por ações as quais consideram que
- (A) a diversidade do tipo de material depende de seu formato.
 - (B) os critérios adotados ignoram o desbaste e descarte da coleção.
 - (C) a identificação das áreas de conhecimento não influencia na tomada de decisão.
 - (D) os prazos estabelecidos para a formação do acervo são irrelevantes.
 - (E) é importante prover recursos que garantam a manutenção e a continuidade adequadas ao desenvolvimento da coleção.
- 43 Sobre serviço de referência, é correto afirmar:
- (A) As bibliotecas virtuais não substituem as tradicionais, mas acrescentam outras opções de acesso às informações registradas.
 - (B) O atendimento do serviço de referência virtual elimina o serviço de referência tradicional.
 - (C) O serviço de referência tem suas origens no século XVIII e foi gerado a partir da necessidade informacional do usuário.
 - (D) O serviço de referência se restringe apenas aos atendimentos direcionados aos leitores na busca da informação armazenada em acervos.
 - (E) A explosão documental é gerida com precisão, mesmo sem ferramentas tecnológicas sofisticadas.
- 44 As ações necessárias para a preservação digital de documentos impressos e digitais têm como princípio
- (A) depender de software e hardware específico.
 - (B) preservar o lixo digital.
 - (C) confiar no suporte de armazenamento.
 - (D) duplicar documentos em um único local.
 - (E) fazer backup e cópias de segurança.
- 45 Marque a alternativa que elenca a fonte que utiliza o Shibboleth, tecnologia que protege a privacidade no acesso a informações autenticadas e disponibilizadas *on-line*.
- (A) Repositórios Digitais.
 - (B) Acesso remoto do Portal de Periódicos da Capes via CAFé.
 - (C) Base de dados do Portal SciELO.
 - (D) Portal Domínio Público.
 - (E) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
- 46 Uma de suas atribuições é recomendar um nível mínimo de funcionalidade e requisitos básicos de dados nos registros bibliográficos, que permita às agências bibliográficas nacionais reduzir custos de catalogação, quando for o caso, sem prejudicar as necessidades dos usuários. Essas informações referem-se ao
- (A) ISBD.
 - (B) FRBR.
 - (C) RDA.
 - (D) AACR2.
 - (E) MARC.



- 47 No Sistema de Bibliotecas da UFPA, para atribuir o número de chamada de um documento, além da classificação, adota-se a Tabela de Cutter para representar a notação de autor. Sobre essa tabela, é correto afirmar:
- (A) É composta por 3 dígitos, seguidos da letra inicial do sobrenome do autor.
 - (B) Para obras que entram pelo título, se houver artigo, este deverá ser considerado para atribuição da notação.
 - (C) Para sobrenomes que coincidam exatamente com os disponíveis na tabela, deve-se usar o código imediatamente superior.
 - (D) Para obras que entram pelo título, o artigo deve ser desprezado.
 - (E) É composta por 3 dígitos, seguidos da letra inicial do nome do autor.
- 48 Marque a alternativa que representa a definição "Organização ou assembleia de pessoas, conhecida ou identificada por um nome corporativo ou coletivo".
- (A) O senhor dos anéis (Filme).
 - (B) Grupos de oração – Igreja católica.
 - (C) Brasil. Presidente (2003-2010 : Lula).
 - (D) Mil e uma noites. Português.
 - (E) Bíblia.N.T.Lucas.
- 49 O Sistema de Bibliotecas da UFPA utiliza o sistema Pergamum. Pensando na acessibilidade de pessoas com baixa visão, o software disponibiliza em sua tela de consulta um recurso que pode tornar a tela mais fácil de ser visualizada. Esse recurso é o(a)
- (A) janela de libras.
 - (B) audiodescrição.
 - (C) legenda oculta.
 - (D) alto contraste.
 - (E) subtítuloção.
- 50 Quanto às características consideradas no desenvolvimento e formação de coleções especiais, analise os itens seguintes.
- I valor monetário.
 - II singularidade ou raridade dos itens.
 - III compromisso institucional com a preservação e o acesso a longo prazo.
- Está(ão) correto(s)
- (A) I e III, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, somente.
 - (E) I e II, somente.